

### Introdução

A produção acadêmica sobre a história da educação de Alagoas atualmente se encontra em fase de consolidação, assim como o nosso Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Alagoas<sup>2</sup>. A produção historiográfica, qualquer que seja ela, depende das fontes que darão subsídios às futuras pesquisas. A ausência de um inventário de fontes que exponha ao pesquisador um lastro temático para a produção da pesquisa tem minado o vigor da produção científica na área. Os temas que vão surgindo como proposta de estudo no nosso Curso de Mestrado, ainda se originam das demandas de outras áreas do conhecimento, ou fora do campo de interesse da história da educação, pela ausência de referências que possam sinalizar temáticas que promovam o debate em torno da área. Neste sentido, entendendo que o mapeamento de fontes e sua socialização contribuem na preparação de um caminho fecunda à investigação e a produção acadêmica. O volume expressivo de publicações nos últimos anos dos programas de Pós-Graduação em Educação, relativo a área de história da educação, em grande parte, teve um forte apoio do levantamento de fontes, da formação de um banco de dados e, conseqüentemente, de sua publicização.

Motivada por estas questões é que empreendi em 2004, juntamente com um grupo de seis alunas do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL, a elaboração de um roteiro de fontes da educação em Alagoas do século XIX<sup>3</sup>. Demarqueei a imprensa periódica para busca, na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. A imprensa periódica tem se constituído numa fonte rica de informações pela variedade e confronto de idéias, elementos ausentes em documentos como os oficiais. Priorizei também a recuperação dos periódicos com circulação em tempos longínquos, aqui, em especial o século XIX, dada a iminência de desaparecer pela falta de zelo do poder público em relação aos nossos acervos.

A intenção deste trabalho é expor ao pesquisador um balanço das matérias catalogadas relacionadas a temas educacionais veiculados pela imprensa jornalística local daquele período. Tal fonte apresenta algumas peculiaridades, como a brevidade do registro e, ao mesmo tempo, a

variedade de informações. Por isso, essas indicações de fontes e temas devem ser entendidas como apenas pequenas pistas que deverão ser expandidas na combinação com outros fragmentos, de registros oficiais, dos romances, da fotografia, das correspondências de âmbito privado, das biografias, dos compêndios didáticos, dos dados estatísticos, entre outras, para simultaneamente submetê-los ao confronto da literatura constituída.

A escolha pela fonte jornalística justifica-se em primeiro lugar pela experiência desenvolvida entre 1995 e 2003 na elaboração dos estudos de Mestrado e Doutorado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. A orientação de ambos os trabalhos pela Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante foi fundamental para que houvesse de minha parte interesse por esse tipo de documento. Em segundo lugar, porque há um volume considerável de fonte jornalística sobre o século XIX no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, lugar da nossa consulta, se comparada a outros documentos, o que estimula o pesquisador a se debruçar sobre uma diversidade de temas que se encontra em parte silenciada. A grande quantidade de jornais criados na província alagoana a partir de 1830 nos causa surpresa, ainda que um número expressivo não esteja mais disponível ao pesquisador, restando como única opção de consulta a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Assinala o jornalista e escritor alagoano Craveiro Costa (1931, p.103) que tais periódicos tinham curto tempo de circulação, por estarem ligados a alguma doutrina partidária ou envolvidos em movimento emancipatório, como as campanhas abolicionista e republicana. No acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas é possível encontrar o **Diário das Alagoas (1858-1888)**, **O Liberal (1869-1883)**, **O Século (1877-1878)**, **A Estréa (1878-1879)**, **União Liberal (1871-1872)**, **A Semana (1880-1885)**, **Correio Mercantil (1891)**, **O Labarum (1874-1876)**, **O Orbe (1882-1889)**, **Jornal do Penedo (1875-1881)**, **Jornal do Pilar (1874-1878)**, **Gazeta de Notícias (1881-1926)** e o **Gutenberg (1881-1912)**, além de outros ainda não identificados.

### Um Perfil dos Jornais Pesquisados

O lugar de produção e a forma de circulação das informações mapeadas merecem aqui destaques, ou, pelo menos um breve perfil dos dois jornais consultados no acervo do Instituto Histórico de Alagoas: o **Diário das Alagoas** e o **Gutenberg**.

O primeiro jornal diário a circular em Maceió foi o **Diários das Alagoas**, o que em parte já justificaria a sua esco-

lha, pela possibilidade de acompanhar diariamente as notícias relacionadas à educação. Vinculado ao Partido Conservador, ao qual se manteve até a Proclamação da República, seu primeiro exemplar foi editado em 1º de março de 1858<sup>5</sup>. No editorial de lançamento, registra o periódico que “não somos orgaos de nenhum partido político; a mais stricta imparcialidade será a característica da nossa norma de proceder”<sup>6</sup>. Em relação ao jornalismo dos anos de 1850, comenta Joaquim Diegues (1927, p.203) sobre a respectiva “phase politica, cuja sombra se vae refletir na imprensa”. O historiador alagoano tece críticas relativas aos demais periódicos, qualificando-os de “governista e Official, com a feição toda originária e intimamente partidária”. Em sua avaliação, o Diário: “Não traz feição político-partidária: em sua bandeira inscreve apenas, como lemma, a defesa consagrada aos interesses das Províncias e estes alheios a política”.<sup>7</sup> Embora tenha sido esta a intenção, logo no primeiro ano, aquele jornal se vinculou ao governo da província, tomando uma feição de diário oficial, ao publicar diariamente seu expediente administrativo. Conforme lembra Diegues (1927), tal caminho foi seguido por outros jornais alagoanos<sup>8</sup>.

Como era de se esperar, os periódicos que se incumbiam de publicar o expediente administrativo do governo provincial expressavam pouca liberdade na divulgação de matérias. Era o caso do jornal **Diário das Alagoas**, nas edições dos anos de 1858 e 1862, período acompanhado com maior intensidade. O mapeamento sobre o qual procedemos envolveu em grande parte as matérias deste jornal. Das trezentas matérias catalogadas, pouco mais de 240 são notícias do **Diário das Alagoas**. O número expressivo de fontes catalogadas deste jornal se explica pelo seu vínculo com o governo provincial. De pequeno conteúdo, as notícias tratavam dos atos da Diretoria da Instrução Pública quanto à publicação de portarias, despachos, requerimentos e ofícios.

Quanto ao **Gutenberg**, fundado em 1881, Craveiro Costa (1931, p115) afirma que ele surge como parte da campanha abolicionista, empreendida no Brasil a partir dos anos de 1880. O fervor das lutas passava para os jornais, mas findando o embate eles desapareciam. Costa (1931, p.116) considerava o **Gutenberg** um dos poucos periódicos que conseguiu reunir logo nos primeiros anos “os mais altos expoentes mentais de Alagoas. Assiduamente apareciam em suas colunas Eusébio de Andrade, Carlos Valente, Augusto Sátiro, Virgílio Antonio, Costa Leite, e tantos outros que eram de vanguarda da propaganda abolicionista e republicana”. O empastelamento do **Gutenberg** em 1912 teve explicações no fim da oligarquia Malta, a qual estivera a ela vinculado

desde o 1892. Longe do vínculo oficial, no período investigado, as matérias divulgadas pelo **Gutenberg** se apresentavam mais ricas em informações e debates, com matérias mais extensas, além de permitir a publicação de anúncios de instituições não-oficiais.

Embora de pouco destaque no levantamento das fontes, vale mencionar o jornal O **Liberal**, com circulação entre as décadas de 1860 e 1880, do qual extraímos algumas matérias. Como o nome do jornal já prenuncia, ele pertencia ao Partido Liberal, e defendia a política de regeneração do Partido, o qual, na província alagoana obedecia à orientação do, então, Senador Visconde de Sinimbu.

## A Organização do Catálogo e seu Conteúdo

O mapeamento das matérias jornalísticas obedeceu ao preenchimento de uma ficha catalográfica que incluía **notas bibliográficas, resumo informativo, palavras-chave, identificação do acervo e notas complementares**. O modelo da ficha, de certa forma, foi apropriado de um projeto de pesquisa do qual participei no início dos anos de 1990, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa – a respeito da catalogação de fontes primárias da educação paraibana<sup>9</sup>. Os objetos de pesquisa de Mestrado e Doutorado, por mim, desenvolvidos, nasceram daquela catalogação de fontes. A partir das indicações daquele levantamento tive relativa consistência na abordagem dos temas, a ponto de se apresentarem com uma configuração mais definida no seu desdobramento. Talvez por ter comprovado pessoalmente a importância desse tipo de trabalho é que acabei recuperando aquela experiência 13 anos depois. Diante deste percurso pessoal é que, como afirmei antes, creio que o trabalho de levantamento de fontes tem um potencial revigorador e consolidador para a pesquisa científica. Nesta direção coloca-se Dermeval Saviani (2000, p.1-2) com relação à construção de guias de fontes, organização de acervos, base de dados e confecção de catálogos de diferentes tipos de documentos:

**Já há, é certo, um bom conjunto de estudos que tomam como objeto fontes locais, até mesmo como consequência do surgimento de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho nos diferentes Estados do país, o que é um indicador da maturidade referida para se dar um novo e importante passo qualitativo na construção da história da educação brasileira. No entanto, para que se ultrapasse o nível da aspira-**

ção e se chegue à construção efetiva dessa história que dê conta da realidade matizada de nossa educação, é necessário organizar de forma sistemática as fontes relativas à instrução pública de cada unidade federativa e torná-las disponíveis para os pesquisadores.

Nos lembra Sá Palhares (2000) que até os anos de 1990 incomodavam os educadores o fato de vários manuais de História da Educação serem produzidos sem qualquer base empírica, ou por estarem fundados em fontes insuficientes e quase sempre em uma única unidade da federação, não por acaso do Sudeste. Trabalhos impropriamente denominados de História da Educação brasileira foram produções regionais com generalizações para todo o país. Isto expressa a importância dos estudos atualmente produzidos com maior intensidade no âmbito da história da educação em todas as regiões nos últimos vinte anos. Estes estudos têm levado a renovação dos objetos, problemas e fontes, entre elas, a fonte jornalística. Ela tem possibilitado a ampliação do leque de temas de uma determinada época, embora apresente limites na recuperação do passado como em qualquer outro achado histórico. Um desses limites está relacionado à produção dos periódicos, quase que exclusivamente vinculada à elite letrada, ocupada em divulgar o que e quando lhe interessava. Logo, as matérias veiculadas revelavam uma leitura particularizada com pretensão de generalizações, próprias de uma visão iluminista contida naquela forma de pensar da elite intelectual. Isto nos faz lembrar Pallaes-Burke (1998, p.146), ao afirmar que “os periódicos eram muitas vezes descritos como eficientes difusores de luz, como propagandeiros de ideais pela sociedade e como indispensáveis instrumentos de progresso”.

Como afirmei há pouco, o **Diário das Alagoas** por assumir uma feição de “diário oficial”, poucas vezes deu margem a temas polêmicos, em geral, divulgados em outros periódicos a ele contemporâneos. De qualquer modo, ainda que as matérias sobre educação tomassem uma feição rotineira e definida pela ação oficial, elas nos apontaram aspectos importantes que julgamos merecer estudos mais aprofundados. Alguns temas sobressaíam dos dois periódicos pesquisados, como notícias relacionadas ao orçamento e financiamento da educação, editais de concurso, inspeção escolar, exames gerais de preparatórios<sup>10</sup>, política educacional, reformas de ensino, fundação de escolas públicas, filantrópicas e particulares, reclamação de ordenados atrasados ou dos baixos salários dos professores, condições de trabalho docente,

professores aposentados se propondo a ensinar, objetos escolares, prédios escolares, aluguel de casas escolares, remoção e nomeação de professores, mapas de frequência de alunos e professores, licença, jubilação, compêndios didáticos de autores alagoanos e europeus, padres-mestres, educação e gênero, educação e etnia, instituições educacionais públicas para a elite como o Liceu (1849), a Escola Normal (1869), e colégios particulares, a exemplo do Colégio São Bernardo (1858), Colégio Bom Jesus (1872), Colégio São Domingos (1867), Colégio São José, Instituto Alagoano, Colégio Vitória e o Colégio de Maria. Para a criança desamparada havia o Colégio de Educandos Artífices (1854), o Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877) e a Escola Central (1887), estes ofertavam a criança, do sexo masculino e feminino, o ensino de ofícios socialmente desprestigiado<sup>11</sup>.

Os professores do ensino secundário, em geral, eram bacharéis, médicos, engenheiros e sacerdotes, portanto, supostamente dotados e legitimamente autorizados para realizar qualquer tarefa de cunho intelectual. Reconhecidos como “intelectuais-cientistas”, eles faziam parte de uma elite vaidosa de preferir o latim, o francês ao português. Anísio Teixeira (1989, p.73) responde a indagação de como esses professores se preparavam para o ensino secundário no Brasil do século XIX. O autor lembra que a “tradição cegava os olhos para esta simples pergunta”. A cultura humanística, herda da dos jesuítas, parecia bastar para tornar padres, bacharéis, médicos e engenheiros em professores. Com aquela formação, o modo de ensinar iria brotar espontaneamente, tendo em vista a prática anterior nos poucos colégios secundários, públicos e particulares, criados no Império.

O progressivo fortalecimento do Estado imperial e a importância crescente da educação escolar significaram a configuração progressiva de um campo de conhecimento relacionado ao ofício docente, transmitido no interior das Escolas Normais, através do currículo, livros didáticos, legislação de ensino, criação de cargos para operar vigilância em torno do professor e do aluno (GOUVEIA, 2001). A respeito deste ponto, os inspetores geral e paroquial, por exemplo, exerciam a vigília do trabalho escolar. Cargo este criado pela Reforma Couto Ferraz (1854), com fim de não apenas fiscalizar as escolas e divulgar a nova política educacional moderna, mas também de ordenar os novos saberes considerados necessários para a escolarização. Conforme escreve Siqueira (2000, p.131-132) eles:

**Representavam os olhos e os ouvidos do poder provincial. Eram escolhidos entre homens da elite lo-**

cal, aos quais cabia cuidar de ações vinculadas diretamente à instrução, cobrando dos professores mapas de frequência e de comportamento dos seus alunos, assim como solicitando as autoridades policiais ações para tornar viáveis as disposições do Regulamento, assistindo anualmente aos exames de habilitação, inventariando móveis e utensílios escolares, rubricando todo e qualquer livro escolar, apresentando relatório anual referente à situação da instrução em sua paróquia, acompanhando de mapas escolares e projetando, finalmente, o orçamento necessário ao atendimento das necessidades das escolas sob sua jurisdição...

Em Alagoas, conforme mapa de 1859, a Diretoria da Instrução Pública, dirigida por José Correia da Silva Titara, apresentava uma lista com todos os inspetores municipais e paroquiais daquele ano, cargo em parte exercido por sacerdotes, médicos, bacharéis e engenheiros.<sup>12</sup>

Vale lembrar que, na elaboração do catálogo, estas informações chegaram através de pequenos fragmentos, que, na maioria das vezes, apenas atestavam à existência, na época, daquele debate, passando a exigir do pesquisador uma bagagem prévia para então valorizá-lo. Embora a breve indicação da matéria não provocasse de imediato interesse, com o cruzamento ou triangulação de outros fragmentos e da literatura constituída, passaria a ter valiosa importância na configuração da educação da época aqui abordada. Neste ponto, caberá ao pesquisador, então, seguir os rastros indicados em outras fontes disponíveis sobre o período, e estabelecer articulações entre esses fragmentos. Quanto a este aspecto, à fonte da imprensa periódica nos coloca um impasse entre o **curto tempo** das notícias e o **tempo macro** de uma dada época. Sandra Pesavento (2005, p.118) chama atenção para a importância de uma “bagagem de conhecimentos e leituras que permita ao historiador recorrer sempre que se fizer necessário, e estabelecer a sua grade de correspondência”. Sobre este ponto, nos fala Jorge Nagle<sup>13</sup>, em relação à leitura dos clássicos, numa palestra proferida em 2002 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, de que não se trata de uma aplicação imediata dos clássicos; é preciso não se ter uma relação utilitária com eles e nem com o conhecimento: “Ler os clássicos é, talvez, para arejar um pouco o modo de a gente perceber as coisas, para poder ter fôlego e fazer as reflexões necessárias no campo educacional”. O pesquisador, portanto, deve ter um repertório cultural o mais amplo

possível; seria aquela bagagem prévia que nos dá mais firmeza ao abordar as temáticas. As leituras externas podem nos ajudar a ampliar o entendimento em torno de objetos de estudo na nossa área.

Neste caminho retomo Pesavento (2005, p.118), por considerar importante a ampliação do universo cultural para quem trabalha com fontes jornalísticas, pela necessária recorrência da erudição como “capital específico do historiador que deve estar à disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possíveis entre um dado acontecimento e outros, de forma a revelar significados”. Desse modo, o universo rico e diverso da fonte jornalística somente será pista valiosa se o pesquisador se apoiar no cruzamento de outras fontes e na literatura constituída acerca do tema para evitar assim o olhar novidadeiro. Essas conexões, como afirma Pesavento (idem), não são dadas *a priori*, como um elenco de passos obrigatórios a seguir para atingir o todo. O estabelecimento da grelha de relações se estabelece pela pergunta feita, pelo universo que preside a elaboração do problema e a delimitação das fontes. Toda sorte de correspondência que estabelecemos nas fontes revela a heterogeneidade do seu conteúdo. Por ser assim entendida, talvez provoque no historiador uma dada paixão para enveredar em seus labirintos. Assim trata o historiador português José Mattoso (1999, p.31):

Prefiro, embora reconheça as contradições e a heterogeneidade do real ou do comportamento humano, tentar descobrir, por detrás delas, as harmonias resultantes dessa espécie de fantástica sinfonia que é a História, feita da incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos, os encontros e desencontros, os paralelos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-las e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver.

Como afirmei, grande parte das matérias catalogadas, sobretudo aquelas divulgadoras do expediente do governo provincial, tinha seu conteúdo quase que integralmente contido no resumo da ficha. Considerei importante essa feição contingencial tomada pela pesquisa, em razão do estado lastimável em que se encontram as fontes disponíveis no

Instituto Histórico. Portanto, àquelas catalogadas pela pesquisa poderão não mais estar acessíveis ao pesquisador quando este assim requisitá-las. Daí a urgência de armazenar integralmente as notícias garimpadas.

Algumas observações merecem destaques, quanto à utilização de palavras-chave ou a indicação de temas relevantes contidos na matéria. Havia a intenção inicial de limitar para cada resumo três **palavras-chave**. Entretanto, na maioria das vezes, o breve conteúdo da notícia não significava menor número de temas a indicar. Pelo contrário, por conter muitas informações, considerei necessário destacar um número de palavras-chave tanto quanto fosse necessário. Vejamos a catalogação de uma das matérias:

## Notas Bibliográficas

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVINCIA. Expediente do dia 17 de janeiro de 1861. **Diário das Alagoas**, Maceió, 23 de janeiro de 1861, nº19, Ano III.

## Resumo Informativo

Comunicado ao inspetor da tesouraria provincial sobre portaria nomeando interinamente o professor de primeiras letras, Manoel Alexandre Vieira Junior, para a povoação de Lagoa Comprida pertencente ao município de Penedo.

Palavras-chave: Primeiras letras – professor público – professor interino – Manoel Alexandre Vieira Junior – Penedo - Lagoa Comprida

Embora a informação da matéria, em geral, determinasse as palavras-chave, algumas foram dadas preferências, como o destaque para instituições escolares, educadores, municípios alagoanos, compêndios didáticos, objetos escolares, aluguel de casas escolares, a fim de sugerir a importância de pesquisas sobre tais temáticas na segunda metade do século XIX.

## Conclusões Preliminares

Os reveses desta garimpagem de fontes foram enfrentados com o enfado da cópia à mão, além das condições insalubres dos arquivos de Alagoas, acesso restrito, falta de ambiente apropriado para conservação dos documentos e ausência de pessoal especializado para organizar o acervo e atender o público. Embora tenha havido esses impasses, o catálogo, recém-concluído, já tem logrado seus primeiros

resultados do ponto de vista da produção científica. As alunas do Curso de Pedagogia da UFAL, cuja colaboração foi preciosa na elaboração deste catálogo, apresentaram trabalhos em eventos acadêmicos locais, os quais dizem respeito aos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso. A lista dos trabalhos consta nas referências bibliográficas.

Por fim, lembremos que os reveses e sucessos de qualquer percurso investigativo devem ser confessados, como nos lembra Marc Bloch (2001:28); pois quando narrados são raramente tediosos, “é o **tudo pronto** que espalha gelo e tédio”.

## Fontes da Imprensa Periódico

**Diário das Alagoas** (1858 -1869)

**Gutenberg** (1890-1895)

## Referências Bibliográficas

ALAGOAS.GOVERNO DA PROVINCIA. Relatório do Presidente da Província de 1859.

**BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001**

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal: NAC/UFRN, 2002.

COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo – memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió: Oficinas Graphics da Livraria Machado, 1931, Vol. XV, Ano 58, p.78-130.

DIEGUES, Joaquim Thomaz Pereira. O primeiro Diário em Alagoas. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió: Oficinas Graphics da Livraria Machado, Ano 55, Vol. XII, 1927, 202-206.

FERREIRA, Louryneyde Gonçalves. A Escola Normal de Alagoas como extensão do Lyceu alagoano: análise do seu regulamento de 1890. **I Encontro Estadual de História: história, guerra e paz**, Maceió, 09 a 12 de março de 2005.

FERREIRA, Louryneyde Gonçalves. O Curso Normal da província alagoana: um estudo sobre o seu primeiro Regulamento de 1869. **II Congresso Acadêmico da UFAL**, Maceió, 03 a 07 de outubro de 2005.

GOUVEIA, Maria Cristina. **Mestre: profissão professor** - processo de profissionalização docente na província mineira no período Imperial. *Revista Brasileira de História da educação*, jul/dezembro, n.02, p.39-57, 2001

LEMOS, Maria Cecília de; ZU, Ednalda da Silva Gomes. O Asylo Nossa Senhora do Bom Conselho e a formação de meninas órfãs no Império em Alagoas. **I Encontro Estadual de História: história, guerra e paz**, Maceió, de 09 a 12 de março de 2005.

LEMOS, Maria Cecília de; ZU, Ednalda da Silva Gomes. Relação Financeira **versus** pedagógica na formação de meninas órfãs no Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877-1890). **II Congresso Acadêmico da UFAL**, Maceió, de 03 a 07 de outubro de 2005.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Inventário de fontes da educação alagoana no século XIX. **Anais do XVII Encontro de pesquisadores do Norte e Nordeste – educação, Ciência e desenvolvimento social**. Belém: UFPA, 14 a 17 de junho de 2005.

MATTOSO, José. A escrita da história. In: TENGARRINHA, José (coord.). **A historiografia portuguesa hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999, p.13-31.

NAGLE, Jorge. A importância da pesquisa histórica no campo educacional. CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, p.9-23.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. (1993). Levantamento e Catalogação de fontes primárias e secundárias da educação no Estado da Paraíba. Revista **Temas em Educação** do Curso de Mestrado em Educação da UFPB, João Pessoa - PB, v.3, p.85-92.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, n.104, pp144-161, jul.1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Mônica Luise. “A atuação de Leite e Oiticica na constituição da Escola Central”. **I Encontro Estadual de História: história, guerra e paz**, Maceió, de 09 a 12 de março de 2005.

SANTOS, Mônica Luise. “A educação para crianças negras em Maceió no século XIX: a criação da Escola Central no debate abolicionista brasileiro (1885-1890)”. **II Congresso Acadêmico da UFAL**, Maceió, de 03 a 07 de outubro de 2005.

SAVIANI, Dermeval.(2000). IN: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública no Império em Mato Grosso**. Campinas (SP): Autores Associados; SHBE.

SILVA, Eliane Marques da; SANTOS, Renata Maria da Conceição dos. “Lentes do Lyceu Provincial de Alagoas: intelectuais e gestores do ensino”. **I Encontro Estadual de**

**História: história, guerra e paz**, Maceió, de 09 a 12 de março de 2005.

SILVA, Eliane Marques da; SANTOS, Renata Maria da Conceição dos. "O Liceu Provincial de Alagoas e seus docentes na ordenação do sistema público de ensino (1850-1900). **II Congresso Acadêmico da UFAL**, de Maceió, 03 a 07 de outubro de 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (2000). Luzes e sombras – Modernidade e educação Pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: INEP; EDUFMT.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil** - análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão(Org.). **Caminhos da educação em Alagoas** – da Colônia aos tempos atuais. Maceió, Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 3ªed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.

## NOTAS

<sup>1</sup> gloiola@bol.com.br

<sup>2</sup> Das publicações por mim conhecidas, temos duas obras sobre a história da educação de Alagoas, de autoria e organização do Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa, o qual se encontra vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFAL (VERÇOSA, 2001).

<sup>3</sup> Esta pesquisa foi em parte financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL - em parceria com o CNPq, através da concessão de uma bolsa de pesquisa - modalidade DCR ( Desenvolvimento Científico Regional). As alunas sobre as quais me referi cursam atualmente o 3º ano do Curso de Pedagogia/UFAL São elas: Ednalda Gomes da Silva Zu, Eliane Marques da Silva, Louryneyde Ferreira, Maria Cecília de Lemos, Mônica Luise Santos e Renata da Conceição Santos.

<sup>4</sup> No ano de 2002, o Prof. Elcio de Gusmão Verçosa consultou o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e pôde constatar a existência de mais de 200 títulos de jornais alagoanos do século XIX, embora com curto tempo de circulação.

<sup>5</sup> DIEGUES, Joaquim. Primeiro Diário em Alagoas. **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas**, Vol. XII, n. 192, 1927, p.205.

<sup>6</sup> O jornal **Diário das Alagoas**, Maceió, 01 de março de 1858, p. 01.

<sup>7</sup> DIEGUES, 1927, p.204.

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, até início do século XX, O governo do Estado de Alagoas não tinha à sua disposição um diário oficial.

<sup>9</sup> Refiro-me a pesquisa “Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da Educação Paraibana”, a qual se encontrava vinculada a outros estudos em andamento por vários Estados da Federação. Na Paraíba, a pesquisa foi coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Lourdes Barreto de Oliveira e, no plano nacional, pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani. (OLIVEIRA, 1993).

<sup>10</sup> Os Exames Parcelados e Preparatórios ou Exames Gerais de Preparatórios foram criados em 1854 na Reforma Couto Ferraz. Regulados pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, tais exames concediam direito ao aluno secundarista de acessarem aos cursos superiores. Somente começaram a ser prestados em Alagoas, a partir de 1875. Tanto o Liceu como os colégios Bom Jesus, São José, São Domingos e Ginásio Alagoano passaram a receber alunos para a realização de tais exames. O sucesso dos alunos nos resultados se colocava, para aquelas instituições, como forma de atestar publicamente a eficiência do ensino ministrado.

<sup>11</sup> Nos meses de novembro e dezembro se concentravam um maior número de notícias relativas às instituições escolares, como forma de apresentar um balanço do ano letivo: números de alunos aprovados e reprovados, notas, frequência e corpo docente.

<sup>12</sup> Segundo mapa relativo ao período mencionado, havia um universo de cinquenta inspetores paroquiais para o mesmo número de vilas alagoanas. Em relação aos inspetores municipais, dezoito municípios eram atendidos por dezessete insperores (Cf. Relatório do Presidente da Província de Alagoas de 1859).

<sup>13</sup> Palestra proferida pelo Prof. Dr. Jorge Nagle, em 22 de maio de 2002, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, por ocasião do I Encontro de Historiadores da Educação Caerense, realizado em Fortaleza. In: CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). “A importância da pesquisa histórica no campo educacional”. **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, p.9-23.